

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

SENTENÇA

Processo Digital nº: **1011910-02.2016.8.26.0566**
Classe – Assunto: **Procedimento do Juizado Especial Cível - Indenização por Dano Moral**
Requerente: **Estevam Cassio Barbosa Leal**
Requerido: **Tim Celular S/A**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). Silvio Moura Sales

Vistos.

Dispensado o relatório, na forma do art. 38, caput, parte final, da Lei nº 9.099/95, e afigurando-se suficientes os elementos contidos nos autos à imediata prolação da sentença,

DE C I D O.

Trata-se de ação em que o autor alegou que há doze anos é titular de linha telefônica que especificou junto à ré, a qual de forma inexplicável foi transferida para uma outra pessoal à sua revelia.

Não conseguindo resolver o problema, almeja à condenação da ré para que regularizar a situação, restituindo-lhe a linha, para que restitua os valores pagos pelo autor sem ter a devida contraprestação dos serviços, e para que lhe reparem os danos morais que experimentou.

A preliminar arguida na contestação apresentada



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

pela ré não merece acolhimento.

Com efeito, o relato exordial não se ressentir de vício a maculá-lo e permite com clareza perceber qual o fundamento dos pedidos formulados.

A petição inicial apresentou relato inteligível, rendendo ensejo a defesa pelo réu.

De outra parte, o processo em princípio traduz-se em mecanismo útil e necessário para que o autor atingisse a finalidade que tenciona, de sorte que está presente o interesse de agir

Rejeito a prejudicial suscitada, pois.

No mérito, a ré não refutou especificamente os fatos articulados pelo autor, razão pela qual se admite como verdadeira a transferência da linha telefônica em apreço para terceira pessoa sem que houvesse justificativa para tanto.

Seu retorno à titularidade do autor é, portanto, de rigor.

Relativamente a esse assunto, ressalvo que pelo que foi azealhado aos autos a situação da linha permanece sem solução.

É relevante assinalar que o autor ao longo do feito elencou diversos protocolos de contatos mantidos com a ré.

A ré deveria coligar as gravações relativas a tais protocolos para patentear que a explicação do autor a seu respeito não poderia ser aceita, mas como não o fez – e ficou silente sobre o teor dos contatos – se deve reconhecê-la como verdadeira.

Sequer também se pronunciou especificamente sobre o documento de fl. 24/25, o qual dá conta do acordo entabulado entre as partes o qual não foi cumprido.

É o que basta para procedência da ação nesse particular.

Quanto ao ressarcimento dos danos morais, tenho-o como pertinente.

Basta a leitura dos autos para perceber o desgaste de vulto a que foi exposto o autor para resolver questão a que não deu causa, o que o afetou como afetaria qualquer pessoa mediana que estivesse em seu lugar.

A ré ao menos no caso dos autos não dispensou ao autor o tratamento que lhes seria exigível, não dando solução a problema que não se revestia de complexidade ao longo de largo espaço de tempo por responsabilidade exclusiva dela que não poderia ser transferida a terceiro.

Isso é o suficiente à configuração dos danos morais passíveis de reparação, mas o valor da indenização não poderá ser o proclamado pelo autor, que transpõe excessivo.

Assim, à míngua de preceito normativo que discipline a matéria, mas atento à condição econômica das partes e ao grau do



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA de São Carlos

FORO DE SÃO CARLOS

VARA DO JUIZADO ESPECIAL CÍVEL

RUA SORBONE, 375, SÃO CARLOS - SP - CEP 13560-760

aborrecimento experimentado, de um lado, bem como à necessidade da fixação não constituir enriquecimento indevido da parte e nem aviltar o sofrimento suportado, de outro lado, arbitro a indenização devida ao autor em R\$ 6.000,00 (seis mil reais).

Não prospera, em fim, a devolução dos valores que o autor alegou ter pago à ré sem a devida contraprestação dos serviços.

Ele não colidiu aos autos sequer um indicio que apontasse a realização de tais pagamentos.

Inexistente assim tal comprovação, aliada à inexistência de outros que apontassem para mesma direção, conduz ao não acolhimento da pretensão nesse particular.

Isto posto, **JULGO PROCEDENTE EM PARTE** a ação para condenar a ré (1) a tomar as providências necessárias para que a linha telefônica nº (17) 98138-7959 seja restituída à titularidade do autor, incumbindo a esta no prazo máximo de dez dias deixá-la em regular funcionamento, sob pena de multa diária de R\$ 100,00, até o limite de R\$ 5.000,00, bem como (2) a pagar ao autor a quantia de R\$ 6.000,00, acrescida de correção monetária, a partir desta data, e juros de mora, contados da citação.

Transitada em julgado, intime-se a ré pessoalmente para cumprimento, deixando a linha em regular funcionamento (Súmula nº 410 do Superior Tribunal de Justiça).

Deixo de proceder à condenação ao pagamento de custas e honorários advocatícios, com fundamento no art. 55, caput, da Lei nº 9.099/95.

Publique-se e intemem-se.

São Carlos, 06 de fevereiro de 2017.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**